

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TOCANTINS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o Nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, S/N, Centro, Barrolândia, TO, **através da Pregoeira e Agente de contratação** conforme Decreto 004/2026, de 02 dias de janeiro de 2026, **TORNA PÚBLICO**, comunica aos interessados que, na forma da **Lei Federal nº 14.133/2021**, e demais legislações aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação para registros de preços, na modalidade de **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MAIOR DESCONTO POR ITEM**, a fim de selecionar a melhor proposta, obedecendo às condições estatuídas neste Edital.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 30/04/2026 ÀS 09:00 HORAS
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: LICITANET - www.licitanet.com.br
MODO DE DISPUTA: Aberto.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o Contratação de empresa especializada para o **fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de combustíveis automotivos**, compreendendo **Gasolina Comum, Óleo Diesel S-500, Óleo Diesel S-10**, bem como de **Agente Redutor Líquido Automotivo – ARLA 32**, destinados ao **abastecimento da frota de veículos automotores e máquinas** pertencentes ao **Município de Barrolândia – TO**, incluindo os **Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação**, durante o **exercício financeiro de 2026**, a ser realizado por meio de **Pregão Eletrônico**, com **adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos do processo.

1.2 A presente licitação é composta por 04 (quatro) itens, sendo adotado como critério de julgamento o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, observadas as exigências e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 Havendo divergência entre as especificações constantes neste Edital e aquelas eventualmente lançadas no sistema eletrônico www.licitanet.com.br, prevalecerão as disposições do Edital.

1.4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.4.1 O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2 O percentual de desconto ofertado incidirá sobre o **preço à vista regularmente praticado ao consumidor comum na bomba do estabelecimento da contratada, no exato momento do abastecimento**.

1.4.3 Será considerado vencedor o licitante que apresentar o **maior percentual de desconto válido e exequível**, atendidas as exigências de habilitação e aceitabilidade da proposta.

CLÁUSULA DE SEGURANÇA DO CRITÉRIO

1.4.4 Para fins de controle e transparência:

- I – o preço base será o valor à vista exposto em painel ao público;
- II – é vedada a majoração artificial do preço imediatamente antes do abastecimento;
- III – é vedada a prática de preço diferenciado para a Administração Pública;
- IV – o preço aplicado deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica.

1.4.5 A Administração poderá, para fins de aferição da regularidade:

- comparar com a média regional divulgada pela ANP;
- registrar fotograficamente o painel de preços;
- realizar diligências para verificar compatibilidade com preços praticados no mercado local.

DA INEXEQUIBILIDADE DO DESCONTO

1.4.6 Poderá ser considerado inexecuível o percentual de desconto que:

- I – se mostre incompatível com a margem média do setor de revenda;
- II – não seja economicamente justificável mediante demonstração contábil;
- III – comprometa a execução regular do fornecimento.

1.4.6 Havendo indícios de inexecuibilidade, será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comprovação da viabilidade econômica.

1.4.7 A eventual desclassificação será sempre motivada.

2 . DO VALOR ESTIMADO

2.1 O valor total estimado da contratação é de **R\$ 2.719.813,97** (dois milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e treze reais e noventa e sete centavos).

2.2 O valor estimado foi apurado com base em **pesquisa de preços realizada no mercado local**, mediante levantamento de orçamentos junto a fornecedores do ramo, conforme documentação constante do **Processo Administrativo nº 282/2026**, observados os critérios estabelecidos nos **incisos I a V do art. 23 da Lei nº 14.133/2021**.

2.3 O valor indicado possui caráter **meramente estimativo**, não constituindo obrigação de contratação integral, uma vez que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos **quantitativos efetivamente fornecidos**, em razão da adoção do **Sistema de Registro de Preços**.

3 . SISTEMA REGISTO DE PREÇOS

3.1 Da Ata de Registro de Preços

3.1.1 Nesta licitação será firmada **Ata de Registro de Preços**, instrumento vinculativo e obrigacional, com características de compromisso para futura

contratação, no qual os fornecedores vencedores manterão os preços registrados pelo prazo de até **12 (doze) meses**, contado da data de sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

3.1.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados permanecerão disponíveis para a Administração Pública, podendo o Município de Barrolândia – TO efetuar contratações conforme sua necessidade, **nas quantidades que julgar necessárias**, sem obrigatoriedade de contratação integral.

3.1.3 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos forem necessários, desde que aceitem praticar o mesmo preço registrado, com o objetivo de alcançar o quantitativo total estimado para cada item, conforme previsto no Decreto nº 11.462/2023.

3.2 Dos Conceitos Aplicáveis ao SRP

3.2.1 Para os fins deste Edital, considera-se:

I – **Órgão Gerenciador**: o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para o registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços;

II – **Órgão Participante**: o órgão ou entidade da Administração Pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a Ata de Registro de Preços;

III – **Órgão Não Participante**: o órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, poderá aderir à Ata de Registro de Preços, desde que atendidos os requisitos legais.

3.3 Da Adesão à Ata de Registro de Preços (Órgãos Não Participantes)

3.3.1 Durante a vigência da Ata, órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não tenham participado do procedimento inicial poderão aderir à Ata de Registro de Preços, na condição de órgãos não participantes, desde que observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de **justificativa da vantagem da adesão**, inclusive em situações de risco de desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – comprovação de que os **valores registrados são compatíveis com os praticados no mercado**, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

III – **consulta e aceitação prévias** do órgão gerenciador e do fornecedor registrado.

3.3.2 A autorização pelo órgão ou entidade gerenciadora somente será concedida após a anuência expressa do fornecedor registrado.

3.3.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá **rejeitar pedidos de adesão** quando entender que possam comprometer a execução de suas próprias contratações ou prejudicar sua capacidade de gerenciamento da Ata.

3.3.4 Após a autorização da adesão, o órgão ou entidade não participante deverá formalizar a contratação no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.3.5 O prazo referido no subitem anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o prazo

máximo de vigência da Ata.

3.4 Dos Limites para as Adesões

3.4.1 As contratações decorrentes de adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

3.4.2 O quantitativo total decorrente das adesões não poderá ultrapassar o **dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços**, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4.3 A adesão por órgãos e entidades estaduais, distritais ou municipais poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, quando destinada à execução descentralizada de programas ou projetos federais, hipótese em que não se aplica o limite previsto no subitem 3.4.1, desde que comprovada a compatibilidade dos preços com o mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

3.4.4 O preço base considerado para aplicação do desconto deverá ser aquele regularmente praticado ao consumidor comum no momento do abastecimento, vedada qualquer majoração extraordinária ou temporária com finalidade de neutralizar o desconto ofertado.

3.5 Da Vedação a Acréscimo de Quantitativos

3.5.1 É **vedado o acréscimo de quantitativos** aos valores originalmente registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente.

3.6 Justificativa para a Adoção do Sistema de Registro de Preços

3.6.1 O objeto desta licitação enquadra-se como **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, razão pela qual a licitação pode ser realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços**, conforme previsto no art. 3º do **Decreto nº 11.462/2023**.

3.6.2 A adoção do SRP justifica-se pela necessidade de contratações frequentes, pelo fornecimento parcelado, pela imprevisibilidade do consumo exato e pelo atendimento simultâneo de diversos órgãos da Administração Municipal.

3.6.3 O Sistema de Registro de Preços mostra-se mais vantajoso à Administração Pública, por promover ganhos de economicidade, eficiência administrativa, ampliação da competitividade e redução da quantidade de procedimentos licitatórios.

3.6.4 No caso em análise, considerando a **contratação para fornecimento contínuo e parcelado de combustíveis e ARLA 32** destinados ao Município de Barrolândia – TO e aos Fundos Municipais, **no exercício financeiro de 2026**, a utilização do Sistema de Registro de Preços configura-se como a solução mais adequada e vantajosa.

3.6.5 A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços, em conformidade com a

Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023.

4 . DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária 2026:

Funcional Programática	Fonte	Natureza da Despesa
03.02.04.122.0002.2.004	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.03.04.123.0101.2.006	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.03.04.123.0101.2.086	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.04.04.122.0101.2.011	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.04.04.122.0104.2.122	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.04.04.122.0110.2.068	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.04.06.181.0102.2.014	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.05.15.451.0103.2.017	1.500.0000.00000	3.3.90.30
	/	
	1.750.0000.00000	
03.05.15.452.0103.2.018	1.500.0000.00000	3.3.90.30
	/	
	1.750.0000.00000	
03.05.26.781.0103.2.020	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.05.26.782.0103.2.021	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.18.541.0105.2.023	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.18.542.0105.2.025	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.18.542.0105.2.026	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.18.542.0105.2.027	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.20.122.0107.2.028	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.20.601.0107.1.014	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.20.601.0107.2.029	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.20.601.0107.2.030	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.20.602.0107.1.015	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.06.20.604.0107.2.031	1.500.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.122.0109.2.042	1.500.1002.00000	3.3.90.30
03.07.13.392.0108.2.034	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.07.13.392.0108.2.036	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.07.23.691.0107.2.032	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.07.23.695.0108.2.037	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.07.23.695.0108.2.038	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.07.27.812.0108.2.039	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.07.27.813.0108.2.040	1.500.0000.00000	3.3.90.30
03.07.27.813.0108.2.041	1.500.0000.00000	3.3.90.30



PREFEITURA DE
BARROLÂNDIA
Administrando para todos!

ADM 2025-2028

04.08.10.122.0109.2.043	1.500.1002.00000	3.3.90.30
04.08.10.301.0109.2.045	1.500.1002.00000 / 1.600.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.301.0109.2.046	1.500.1002.00000 / 1.600.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.301.0109.2.048	.500.1002.00000/ .600.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.301.0109.2.050	.600.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.301.0109.2.114	.601.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.302.0109.2.052	.500.1002.00000/ .600.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.302.0109.2.053	.500.1002.00000/ .600.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.304.0109.2.057	.600.0000.00000	3.3.90.30
04.08.10.305.0109.2.058	1.600.0000.00 000	3.3.90.30
05.09.08.122.0110.2.059	1.500.0000.00 000	3.3.90.30
05.0608.122.0110.2.089	1.500.0000.00 000	3.3.90.30
05.09.08.241.0110.2.069	1.500.0000.00 000/ 1.660.0000.00 000	3.3.90.30
05.09.08.244.0110.2.060	1.500.0000.00 000/ 1.660.0000.00 000 E 0701.00.777	3.3.90.30
05.09.08.244.0110.2.063	1.500.0000.00 000/ 1.660.0000.00 000	3.3.90.30
05.09.08.244.0110.2.064	1.500.0000.00 000/ 1.660.0000.00 000	3.3.90.30
05.09.08.244.0110.2.065	1.660.0000.00 000	3.3.90.30
05.09.08.244.110.2.065	1.660.0000.00	3.3.90.30

	000	
05.09.08.244.0110.2.117	1.660.0000.00 000	3.3.90.30
06.10.12.361.0111.2.073	1.500.1001.00 000	3.3.90.30
06.10.12.361.0111.2.074	1.500.1001.00 000/ 1.550.0000.00 000	3.3.90.30
06.10.12.361.0111.2.076	1.500.1001.00 000/ 1.550.0000.00 000 E 1.575.0000.00 000	3.3.90.30
06.10.12.361.0111.2.078	1.500.1001.00 000	3.3.90.30
06.10.12.361.0111.2.081	1.540.0000.00 000	3.3.90.30
06.10.12.361.0111.2.119	1.500.1001.00 000	3.3.90.30
06.10.12.365.0111.2.084	1.540.0000.00 000	3.3.90.30
06.10.12.365.0111.2.085	1.500.1001.00 000	3.3.90.30
06.10.12.365.0111.2.094	1.500.1001.00 000	3.3.90.30
06.10.12.365.0111.2.124	1.540.0000.00 000	3.3.90.30

5 . DO CREDENCIAMENTO

5.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

5.2 O credenciamento deverá ser realizado junto à LICITANET – Licitações Eletrônicas, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, mediante cadastro prévio, conforme instruções disponíveis na própria plataforma.

5.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal, bem como a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.4 O licitante é exclusiva e formalmente responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e

verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por intermédio de seu representante, não cabendo qualquer responsabilidade ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

5.5 As pessoas jurídicas interessadas deverão indicar representante legal ou operador devidamente credenciado no sistema eletrônico, ao qual serão atribuídos poderes para formular propostas, oferecer lances e praticar todos os demais atos inerentes à participação no certame.

5.6 A participação do licitante no Pregão Eletrônico implicará a manifestação expressa, em campo próprio do sistema, de pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 O acesso ao sistema para envio de propostas e lances dar-se-á mediante a utilização de chave de identificação e senha privativa, de uso pessoal e intransferível.

5.8 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em quaisquer pregões eletrônicos realizados por meio do sistema, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor da plataforma.

5.9 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha e a correta utilização de suas credenciais, não cabendo à LICITANET ou à Administração Pública qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

5.10 O licitante deverá manter seus dados cadastrais atualizados junto ao sistema eletrônico e aos órgãos responsáveis, respondendo pela veracidade das informações prestadas.

5.11 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante, caso seja constatada inconsistência ou desatualização das informações no momento da análise da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

6.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os licitantes **devidamente cadastrados no sistema eletrônico LICITANET**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.2 Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente:

6.2.1 aquele que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

6.2.2 o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles relacionados;

6.2.3 a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando

a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;

6.2.4 a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, **impedida de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública**, em razão de sanção administrativa ou judicial aplicada nos termos da legislação vigente;

6.2.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, bem como cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o **terceiro grau**, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

6.2.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**, concorrendo entre si;

6.2.7 pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos anteriores** à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes em hipóteses vedadas pela legislação trabalhista;

6.2.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

6.2.9 pessoa física ou jurídica que se enquadre em situação de **conflito de interesses**, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021 e da legislação aplicável;

6.2.10 empresas cujos proprietários, dirigentes ou sócios exerçam mandato eletivo que enseje os impedimentos previstos nos **arts. 29, inciso IX, e 54, incisos I, “a”, e II, “a”, da Constituição Federal**.

6.3 O impedimento previsto no subitem **6.2.4** aplica-se igualmente ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica com o intuito de **burlar a efetividade da sanção**, inclusive por intermédio de empresa controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovada a fraude ou o abuso da personalidade jurídica.

6.4 A critério da Administração e **exclusivamente a seu serviço**, o autor dos projetos e as empresas a que se referem os subitens **6.2.2** e **6.2.3** poderão participar **apenas no apoio às atividades de planejamento da contratação, execução da licitação ou gestão do contrato**, desde que sob supervisão direta e exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade contratante.

6.5 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do **mesmo grupo econômico**.

6.6 O disposto nos subitens **6.2.2** e **6.2.3** não impede a licitação ou a contratação de serviços que incluam, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, ou do projeto executivo, nos demais regimes de execução, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.7 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos ou programas **parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro internacional**, não poderá participar pessoa física ou

jurídica que integre o rol de sancionados por essas entidades ou que tenha sido declarada inidônea, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.8 A vedação prevista no subitem **6.2.8** estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica ao órgão ou entidade licitante.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, a **proposta de preços**, contendo a descrição do objeto ofertado e o **percentual de desconto**, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e de lances, os licitantes deverão encaminhar, no mesmo prazo e forma previstos no subitem anterior, **simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta**, observadas as disposições deste Edital.

7.3 Das Declarações

7.3.1 No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá apresentar, em campo próprio do sistema, as seguintes declarações:

I – declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da **Lei Complementar nº 123/2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei, quando aplicável, observados os §§ 1º a 3º do art. 4º da **Lei nº 14.133/2021**;

II – declaração de **elaboração independente de proposta**;

III – declaração de que está **ciente e concorda** com as condições contidas neste Edital e em seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais e de que atende plenamente aos requisitos de habilitação;

IV – declaração de que a proposta apresentada está em **conformidade com as exigências editalícias**;

V – no caso de licitante organizado em cooperativa, declaração de que cumpre os requisitos previstos no **art. 16 da Lei nº 14.133/2021**.

7.3.2 A falsidade de qualquer das declarações prestadas sujeitará o licitante às **sanções previstas na Lei nº 14.133/2021** e neste Edital.

7.4 Da Retificação e Substituição

7.4.1 Os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta e/ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

7.4.2 Não haverá ordem de classificação nesta etapa, a qual somente será

definida após a fase de lances e julgamento das propostas.

7.5 Da Parametrização de Lances

7.5.1 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o licitante poderá **parametrizar o percentual de desconto final máximo** no momento do cadastramento da proposta.

7.5.2 Os lances serão enviados de forma automática pelo sistema, respeitado o percentual máximo parametrizado e o **intervalo mínimo de diferença de percentuais**, que incidirá tanto sobre os lances intermediários quanto sobre o lance que cobrir a melhor oferta.

7.5.3 Durante a fase de disputa, o percentual de desconto parametrizado poderá ser alterado pelo licitante, sendo **vedada a apresentação de percentual inferior** ao já registrado pelo próprio fornecedor no sistema.

7.5.4 O percentual de desconto parametrizado terá **caráter sigiloso** em relação aos demais licitantes e à Administração, podendo ser acessado apenas pelos órgãos de controle interno e externo.

7.6 Das Responsabilidades do Licitante

7.6.1 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6.2 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança de acesso, para adoção das providências cabíveis.

7.6.3 O envio da proposta e dos documentos de habilitação dar-se-á mediante a utilização de **chave de acesso e senha privativa**.

7.7 Das ME/EPP

7.7.1 As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.8 Da Publicidade dos Documentos

7.8.1 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para análise do Pregoeiro e para acesso público **após o encerramento da fase de lances**.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 O licitante deverá encaminhar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos campos próprios, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

8.1.1 Percentual de desconto ofertado por item, incidente sobre o preço à vista praticado na bomba no momento do abastecimento;

8.1.2 Descrição do objeto, em conformidade com as especificações constantes no **Termo de Referência**;

8.1.3 Declaração de que os produtos fornecidos atenderão integralmente às **normas técnicas e regulatórias aplicáveis**, especialmente aquelas expedidas pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**.

8.1.4 Quando aplicável, indicação de informações complementares exigidas pelo sistema eletrônico.

8.2 Nos valores decorrentes do percentual de desconto ofertado estarão **inclusos todos os custos diretos e indiretos**, tais como despesas operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto.

8.3 Os percentuais de desconto ofertados, tanto na proposta inicial quanto na fase de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração posterior sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

8.5 Caso o regime tributário da empresa implique recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o desconto ofertado deverá considerar a **média dos recolhimentos efetivos dos últimos 12 (doze) meses**, não sendo admitida posterior recomposição de preços por esse motivo.

8.6 Independentemente dos percentuais tributários considerados na proposta, no momento do pagamento serão realizadas as **retenções legais** previstas na legislação vigente.

8.7 A apresentação da proposta implica **aceitação plena e irretratável** de todas as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado em conformidade com as especificações exigidas, promovendo, quando solicitado, a substituição de produtos que não atendam às condições pactuadas.

8.8 Os licitantes deverão observar os **preços máximos e parâmetros de mercado** eventualmente estabelecidos nas normas aplicáveis às contratações públicas, quando existentes.

8.9 No critério de julgamento por **maior desconto**, o preço final resultante da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os parâmetros de mercado e as normas de regência, vedada a prática de preços inexecutáveis ou que configurem sobrepreço ou superfaturamento.

8.10 O descumprimento das disposições deste item poderá ensejar a responsabilização administrativa, civil e, quando cabível, perante os órgãos de controle, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

8.11 Não serão aceitas propostas que ofertem percentual de desconto negativo ou que resultem em preço final manifestamente inexecutável, incompatível com os preços praticados no mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicados neste Edital, no sítio www.licitanet.com.br.

9.2 A Pregoeira procederá à análise preliminar das propostas, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos deste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não atendam às especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

9.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de preenchimento da proposta no sistema eletrônico. Parágrafo único. A identificação do licitante em documentos anexos, mantidos sob sigilo até o encerramento da fase de lances, não ensejará desclassificação.

9.2.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

9.2.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos participantes.

9.2.4 A não desclassificação na fase inicial não impede julgamento posterior em sentido contrário na fase de aceitação.

9.3 Da Etapa de Lances

9.3.1 O sistema eletrônico ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo somente estas admitidas à etapa de lances.

9.3.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes encaminharão lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e registro.

9.3.3 Os lances deverão ser ofertados em percentuais de desconto por item.

9.3.4 O licitante somente poderá oferecer lance com percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.3.5 O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,10% (zero vírgula dez por cento), aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.3.6 O intervalo mínimo entre lances do mesmo licitante será de 20 (vinte) segundos, e entre lances de licitantes distintos será de 3 (três) segundos, sob pena de descarte automático pelo sistema.

9.3.7 O modo de disputa adotado será o ABERTO, com lances públicos e sucessivos.

9.3.8 A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo prorrogada automaticamente por 2 (dois) minutos sempre que houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período, sucessivamente.

9.3.9 Não havendo novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.4 Das Ocorrências Técnicas

9.4.1 Em caso de falha do sistema, os lances em desacordo com este Edital deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser registrada em campo próprio do

sistema e comunicada ao suporte da LICITANET.

9.4.2 No caso de desconexão da Pregoeira por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após 24 (vinte e quatro) horas, mediante comunicação no sistema.

9.5 Do Julgamento e do Tratamento Diferenciado

9.5.1 O critério de julgamento adotado será o de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM, conforme definido neste Edital.

9.5.2 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de desconto constante de sua proposta inicial.

9.5.3 Encerrada a etapa de lances, será aplicado o tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando cabível.

9.6 Do Desempate

9.6.1 Havendo empate entre propostas ou lances, o desempate observará, exclusivamente, os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, na seguinte ordem:

- I – disputa final entre os licitantes empatados;
- II – avaliação do desempenho contratual prévio;
- III – desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres;
- IV – existência de programa de integridade;
- V – persistindo o empate, sorteio.

9.7 Da Negociação e Aceitação

9.7.1 Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar contraproposta, por meio do sistema eletrônico, ao licitante melhor classificado, visando à obtenção de percentual de desconto mais vantajoso, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7.2 Após a negociação, será iniciada a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.7.3 A Pregoeira poderá solicitar ao licitante melhor classificado que encaminhe, no prazo de 02 (duas) horas, a proposta ajustada ao último lance, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

9.7.4 O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo licitante antes de seu término.

10.A FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar **atende às condições de participação** previstas neste Edital, nos termos do **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça sua participação ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- I – **SICAF**, quando aplicável;

II – **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União;

III – **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União.

10.2 As consultas serão realizadas **em nome da pessoa jurídica licitante e de seus administradores**, nos termos do art. 14, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.3 Constatada a existência de ocorrência impeditiva direta ou indireta, a Pregoeira **diligenciará para verificar eventual tentativa de burla**, inclusive por meio da análise de vínculos societários, sucessão empresarial ou confusão patrimonial, assegurado previamente o **direito ao contraditório e à ampla defesa**.

10.4 Constatada a existência de sanção impeditiva válida, o licitante será **inabilitado**, por ausência de condição de participação.

10.5 Da Aceitação da Proposta

10.5.1 Verificadas as condições de participação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto:

I – à **adequação ao objeto** descrito no Termo de Referência;

II – à **compatibilidade do percentual de desconto ofertado** com os preços praticados no mercado;

III – à compatibilidade do percentual de desconto ofertado com os preços praticados no mercado, vedada a inexecutabilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

IV - conter vícios insanáveis;

não atender às especificações do Termo de Referência;

V – apresentar **percentual de desconto inexecutável**, incompatível com os preços de mercado;

VI – descumprir exigência editalícia essencial, de forma insanável.

10.5.3 Havendo indícios de inexecutabilidade do percentual de desconto, a Pregoeira poderá **realizar diligências** para que o licitante comprove a viabilidade econômica de sua proposta.

10.6 Da Negociação e Convocação Subsequente

10.6.1 Caso a proposta do primeiro classificado não seja aceita, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, observada rigorosamente a **ordem de classificação**, procedendo-se da mesma forma sucessivamente.

10.6.2 A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante melhor classificado, visando à obtenção de **percentual de desconto mais vantajoso**, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.6.3 A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.7 Da Habilitação

10.7.1 Encerrada a fase de aceitação da proposta, a Pregoeira procederá à **verificação da habilitação** do licitante, conforme exigências estabelecidas neste Edital.

10.7.2 O licitante poderá ser convocado para apresentar **documentos complementares**, por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável mediante

justificativa aceita pela Pregoeira.

10.8 Da Suspensão da Sessão

10.8.1 Havendo necessidade de diligências, a sessão pública poderá ser **suspensa**, com registro em ata e comunicação da nova data e horário de retomada no sistema eletrônico, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Para fins de habilitação, serão exigidos os documentos **necessários e suficientes** para comprovar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021** e do Termo de Referência.

11.1.1 A documentação exigida para habilitação **jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica** poderá ser **substituída, total ou parcialmente, pelo registro cadastral no SICAF**, quando aplicável.

11.2 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados **em meio digital**, admitindo-se documentos eletrônicos autenticáveis, dispensada a autenticação cartorial quando possível a verificação de sua autenticidade.

11.3 Somente será exigida a apresentação de documentos originais não digitais quando houver **dúvida justificada quanto à autenticidade** dos documentos apresentados eletronicamente.

11.4 Será verificado se o licitante apresentou **declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação**, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

11.5 Será exigida, sob pena de inabilitação, a **declaração de cumprimento das exigências legais de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

11.6 Havendo necessidade de apresentação de **documentos complementares**, o licitante será convocado para encaminhá-los por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável mediante justificativa aceita pela Pregoeira.

11.7 Habilitação Jurídica

I – empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

II – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

III – sociedade empresária ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;

IV – sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

V – cooperativa: estatuto social e ata de constituição, devidamente registrados;

VI – empresa estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

11.8 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

I – prova de inscrição no CNPJ;

- II – prova de regularidade com a Fazenda Nacional;
- III – prova de regularidade com o FGTS;
- IV – certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- V – prova de inscrição e regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, quando exigível.

11.9 Qualificação Econômico-Financeira

11.9.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.9.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, devidamente registrados, vedada a exigência de mais de um exercício, nos termos da jurisprudência dos Tribunais de Contas.

11.9.3 Microempresas, empresas de pequeno porte e MEI observarão as regras simplificadas previstas na legislação vigente.

11.10 Qualificação Técnica

11.10.1 Comprovação de aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

11.10.2 Certidão de autorização para revenda varejista de combustíveis, emitida pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, válida na data da licitação.

11.11 Declarações Complementares

- I – inexistência de fatos impeditivos;
- II – não emprego de trabalho infantil ou degradante;
- III – não possuir agente público em seu quadro funcional;
- IV – declaração de inidoneidade;
- V – cumprimento da legislação trabalhista e constitucional.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação da Pregoeira.

12.2 A proposta deverá ser redigida em **língua portuguesa**, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

12.3 Deverá ser utilizado o **modelo de proposta constante do Anexo II** deste Edital.

12.4 A proposta final integrará os autos do processo e vinculará a Contratada durante a execução do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

12.5 Os valores deverão ser expressos em **moeda corrente nacional**, prevalecendo o valor por extenso em caso de divergência.

12.6 A proposta deverá ser **firme, precisa e limitada ao objeto** deste Edital, sendo vedadas condições alternativas ou múltiplas.

12.7 As propostas e documentos ficarão disponíveis no sistema eletrônico após a homologação do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou à revogação da licitação observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133/2021**.

13.2 Declarado o vencedor e, se for o caso, encerrada a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será concedido o prazo **mínimo de 30 (trinta) minutos** para que qualquer licitante manifeste, de forma **motivada**, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema eletrônico.

13.2.1 A manifestação deverá indicar **expressamente** contra qual(is) decisão(ões) se pretende recorrer e os respectivos fundamentos.

13.2.2 Havendo manifestação, caberá à Pregoeira verificar a **tempestividade e a motivação**, decidindo fundamentadamente sobre a admissibilidade do recurso.

13.2.3 Nesse momento, a Pregoeira limitar-se-á à análise dos **pressupostos de admissibilidade**, não adentrando no mérito recursal.

13.2.4 A ausência de manifestação motivada importará na **decadência do direito de recorrer**.

13.3 Admitido o recurso, o recorrente terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da lavratura da ata ou da intimação do ato recorrido, para apresentar as razões recursais por meio do sistema eletrônico.

13.4 Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação:

I – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II – o prazo para apresentação das razões recursais terá início na data da intimação ou da lavratura da ata correspondente;

III – na hipótese de inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo será contado da intimação da ata de julgamento.

13.5 Os recursos deverão ser interpostos **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

13.6 O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis** ou, mantendo-a, encaminhar o recurso à autoridade superior, que decidirá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.7 O prazo para apresentação de **contrarrazões** pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da divulgação da interposição do recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa.

13.8 Os recursos interpostos fora do prazo legal não serão conhecidos.

13.9 Caberá **pedido de reconsideração**, antes da interposição de recurso, nos termos do inciso II do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.10 O pedido de reconsideração ou o recurso interposto contra decisão que julgar propostas ou habilitação terá **efeito suspensivo**, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

13.11 O acolhimento do recurso invalida apenas os atos **insuscetíveis de aproveitamento**.

13.12 Os autos do processo permanecerão com **vista franqueada aos interessados**, mediante solicitação formal encaminhada ao e-mail: licitacao@barrolandia.to.gov.br.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

I – quando o provimento de recurso resultar na anulação de atos anteriores à sessão pública ou da própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;
II – quando houver erro na aceitação da proposta melhor classificada ou quando o licitante vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

14.2 Na hipótese do inciso II, serão retomados os procedimentos **imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances**.

14.3 Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3.1 A convocação será realizada por meio do sistema eletrônico (chat) ou por e-mail, conforme a fase do procedimento.

14.3.2 A convocação por e-mail será realizada com base nos dados constantes do sistema **LICITANET**, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante manter suas informações cadastrais atualizadas.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para **adjudicar o objeto ao vencedor e homologar a licitação**, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação da licitação, quando houver contratação, será celebrado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.2 A formalização do Termo de Contrato ou do instrumento equivalente dar-se-á, preferencialmente, por assinatura digital, considerando a celeridade processual e os prazos legais.

16.3 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente (Nota de Empenho, Carta-Contrato ou Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.4 O aceite da Nota de Empenho ou de instrumento equivalente implica o reconhecimento de que:

I – o referido instrumento substitui o contrato, aplicando-se à relação jurídica dele decorrente as disposições da Lei nº 14.133/2021;
II – a contratada se vincula integralmente à sua proposta, ao edital e a seus anexos;
III – a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como os direitos da Administração previstos nos arts. 138 e 139 da mesma Lei.

16.5 Caso seja formalizado Termo de Contrato, sua vigência ficará **limitada ao prazo de vigência da Ata de Registro de Preços**, vedada qualquer prorrogação que ultrapasse esse prazo.

16.6 Previamente à contratação, o Município de Barrolândia – TO realizará consulta aos cadastros oficiais para verificar eventual sanção impeditiva de contratar com o Poder Público, inclusive ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3/2018.

16.7 Na assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

16.8 Na hipótese de o adjudicatário não comprovar as condições de habilitação ou se recusar a assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente, o Município de Barrolândia – TO, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para celebração do ajuste, nos termos do §2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

17. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Conforme previsto no Termo de Referência e na Minuta Contratual.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas **expressamente previstas no Termo de Referência e no respectivo Contrato**, os quais integram o presente Edital para todos os fins de direito, obrigando as partes ao seu fiel cumprimento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 conforme previsto no Termo de Referência e na Minuta Contratual, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias

úteis antes da data de abertura do certame.

20.2 A resposta às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos será divulgada no sistema eletrônico e em sítio oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à abertura da sessão pública.

20.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados por meio eletrônico, via plataforma LICITANET, ou pelo e-mail: licitacao@barrolandia.to.gov.br.

20.4 As impugnações não terão efeito suspensivo, salvo decisão motivada do agente de contratação.

20.5 Acolhida a impugnação, será publicada nova data para realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata, que será disponibilizada no sistema eletrônico.

21.2 Na ausência de expediente ou ocorrência de fato superveniente que impeça a realização da sessão, esta será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

21.3 Todos os horários referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

21.4 O Pregoeiro poderá sanar erros formais que não alterem a substância das propostas ou documentos, mediante decisão fundamentada.

21.5 A homologação do resultado não gera direito subjetivo à contratação.

21.6 Em caso de divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital.

21.7 Integram este Edital, para todos os fins legais, os seguintes anexos:

21.2 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.2.1 TERMO DE REFERÊNCIA – TR JUNTADO AO PROCESSO

21.2.2 ESTUDO TECNICO PRELIMILAR – ETP JUNTADO AO PROCESSO

21.2.3 ANEXO I – MODELO PROPOSTA;

21.2.4 ANEXO II- MODELO DE DECLARAÇÃO ME, EPP;

21.2.5 ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

21.2.6 ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL;

21.2.7 ANEXO V- DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO;

21.2.8 ANEXO VI -DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

21.2.9 ANEXO VII- DECLARAÇÃO INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;

21.2.10 ANEXO VIII – DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO;

- 21.2.11 ANEXO IX - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR;
- 21.2.12 ANEXO X - DECLARAÇÃO DE INDONEIDADE
- 21.2.13 ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA NOSSO CORPO SOCIAL, NEM NOSSO QUADRO FUNCIONAL EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- 21.2.14 ANEXO XII – MINUTA CONTRATO
- 21.2.15 ANEXO XIII- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

BARROLÂNDIA - TO, 16 de abril de 2026.

Keury Juliana Nunes da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (LICITANTE VENCEDOR)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

À

Prefeitura Municipal de Barrolândia – TO

Apresentamos nossa proposta para o objeto do **Pregão Eletrônico nº XXX/2026**, acatando integralmente as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

- Razão Social:
- CNPJ:
- Inscrição Estadual:
- Endereço:
- Telefone:

- E-mail:

2. DADOS BANCÁRIOS

- Banco:
- Agência:
- Conta Corrente:

3. PROPOSTA DE PREÇOS (READEQUADA AO LANCE VENCEDOR)

A proposta consiste exclusivamente na indicação do percentual de desconto por item, incidente sobre o preço à vista praticado na bomba de combustíveis no momento do abastecimento, nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços.

O valor a ser pago será apurado a cada fornecimento, mediante aplicação do percentual de desconto registrado, não havendo valor global previamente fixado.

4. CONDIÇÕES GERAIS

- A proponente declara conhecer e aceitar integralmente os termos do Edital e seus Anexos;
- Nos preços estão incluídos todos os tributos, encargos, custos diretos e indiretos.

5. VALIDADE DA PROPOSTA

Mínimo de **60 (sessenta) dias**, contados da data da sessão pública.

Local e data:

Assinatura	do	Representante	Legal
Nome / Cargo / CPF			

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, CNPJ nº _____, enquadra-se como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei.

Local _____ e _____ data: _____
Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem ajuste, combinação ou conluio com outros licitantes, e que a empresa observa integralmente o disposto na **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**.

Local _____ e _____ data: _____
Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

Declaramos que estamos cientes e concordamos com todas as condições

estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto.

Local _____ e _____ data: _____
Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do **Pregão Eletrônico nº XXX/2026**, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e _____ data: _____
Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PCD

Declaramos que cumprimos a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social, conforme art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e _____ data: _____
Assinatura do Representante Legal

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaramos que inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação, assumindo o compromisso de comunicar qualquer ocorrência superveniente.

Local _____ e _____ data: _____
Assinatura do Representante Legal

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

Declaramos que não utilizamos, em nossa cadeia produtiva, trabalho degradante ou forçado, nos termos da Constituição Federal.

Local _____ e _____ data: _____
Assinatura do Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR

Declaramos que não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local _____ e _____ data: _____
Assinatura do Representante Legal

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público.

Local _____ e _____ data:
Assinatura do Representante Legal

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO

Declaramos que não integra nosso quadro societário ou funcional agente público do Município de Barrolândia – TO, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e _____ data:
Assinatura do Representante Legal

ANEXO XII – MODELO OPCIONAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 24.851.453/0001-90, com sede na Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Barrolândia/TO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, João Machado Alves, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, com fundamento na Ata de Registro de Preços nº ____/2026, no Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e na Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E AGENTE REDUTOR ARLA, de forma contínua e parcelada, para atender às necessidades do Município de Barrolândia/TO, conforme quantidades efetivamente demandadas, nos termos da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e da proposta registrada da Contratada.

1.2

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO E VINCULAÇÃO

2.1 O presente contrato decorre de Sistema de Registro de Preços, não implicando obrigação de consumo mínimo.

2.2 Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- I – Ata de Registro de Preços nº ____/2026;
- II – Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e seus anexos;
- III – Termo de Referência;
- IV – Proposta registrada da Contratada.

2.3 O presente contrato decorre de Sistema de Registro de Preços, sendo **facultativa sua celebração**, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 O presente contrato não possui valor global previamente fixado.

3.2 O preço a ser pago será apurado a cada fornecimento, mediante a aplicação do percentual de desconto registrado na Ata de Registro de Preços nº ____/2026 sobre o preço à vista praticado na bomba de combustíveis no momento do abastecimento.

3.3 O montante financeiro decorrente deste contrato é estimativo e dependerá

exclusivamente dos quantitativos efetivamente demandados pela Administração, não gerando obrigação de contratação mínima.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o limite máximo da **vigência da Ata de Registro de Preços**, vedada qualquer prorrogação que ultrapasse esse prazo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

5.1 O fornecimento será realizado de forma **parcelada**, conforme requisições emitidas pelo setor competente do CONTRATANTE.

5.2 Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas, normas de qualidade e padrões exigidos no Termo de Referência e na legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, **consignadas no orçamento vigente**, conforme nota de empenho emitida para cada fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados da liquidação da despesa, após:

- entrega do produto;
- atesto do fiscal do contrato;
- apresentação da nota fiscal regular.

7.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, conforme dados informados pela Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1 Não se aplica reajuste de preços ao presente contrato, tendo em vista que os valores decorrem de percentual de desconto incidente sobre preços praticados no mercado.

8.2 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido, mediante comprovação, nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- Emitir as requisições e notas de empenho;
- Fiscalizar a execução contratual;
- Atestar as notas fiscais;
- Efetuar os pagamentos devidos;
- Aplicar sanções, quando cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 São obrigações da CONTRATADA:

- Fornecer os produtos conforme especificações;
- Manter as condições de habilitação;
- Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos;
- Arcar com encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
- Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Fundamentação legal

O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a Contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. As sanções serão aplicadas de forma motivada, proporcional e razoável, vedada a dupla penalização pelo mesmo fato (bis in idem).

12.2 Tipificação das condutas infracionais

Para fins de aplicação das penalidades, consideram-se:

I – Infrações leves:

- a) atraso pontual e justificado na execução;
- b) falhas formais sanáveis sem prejuízo à Administração;
- c) descumprimento de obrigações acessórias sem impacto relevante.

II – Infrações médias:

- a) atraso injustificado reiterado;
- b) execução em desconformidade com especificações;
- c) falhas que comprometam parcialmente a execução;
- d) descumprimento de prazos contratuais relevantes.

III – Infrações graves:

- a) inexecução parcial relevante ou total;
- b) recusa injustificada em executar o contrato;
- c) não manutenção da proposta;
- d) apresentação de documentos falsos;
- e) fraude na execução contratual;
- f) comportamento que comprometa a lisura do certame ou a execução.

12.3 Penalidades aplicáveis

Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

I – Advertência;

II – multa (moratória e/ou compensatória);

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade.

12.4 Multa moratória (atraso)

12.4.1. Será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida.

12.4.2. A multa será limitada a 10% do valor do contrato, podendo ensejar, a depender da gravidade, a conversão em inexecução parcial.

12.4.3. Não será aplicada multa quando o atraso decorrer de motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

12.5 Multa por inexecução parcial

12.5.1. Será aplicada multa de até 10% sobre o valor da parcela não executada, nos casos de descumprimento parcial.

12.5.2. Poderá ser cumulada com advertência ou outras sanções, desde que não haja dupla penalização pelo mesmo fato.

12.6 Multa por inexecução total

12.6.1. Será aplicada multa de 20% sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total.

12.6.2. A aplicação desta multa não impede a rescisão contratual nem a aplicação das demais sanções cabíveis.

12.7 Regras de cumulação de sanções (vedação ao bis in idem)

12.7.1. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que decorrentes de fatos distintos.

12.7.2. É vedada a aplicação de duas penalidades pelo mesmo fato gerador.

12.7.3. A multa moratória poderá ser cumulada com multa compensatória quando:

- houver atraso seguido de inexecução;
- caracterizada evolução da infração.

12.7.4. A aplicação de sanções restritivas (impedimento ou inidoneidade) não afasta a aplicação de multa, quando cabível.

12.8 Impedimento de licitar e contratar

12.8.1. Será aplicado pelo prazo de até 3 (três) anos, quando a contratada:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida;
- c) não manter a proposta;
- d) retardar injustificadamente a execução;
- e) cometer infrações médias ou graves reiteradas.

12.9 Declaração de inidoneidade

12.9.1. Será aplicada pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nos casos de infrações graves, tais como:

- a) fraude à licitação ou à execução contratual;
- b) apresentação de documentação falsa;
- c) prática de atos ilícitos visando frustrar o certame;

d) comportamento inidôneo ou de má-fé comprovada.

12.10 Critérios de gradação das penalidades

Na aplicação das sanções, serão considerados:

- I – natureza e gravidade da infração;
- II – extensão do dano causado;
- III – vantagem auferida;
- IV – grau de culpabilidade;
- V – reincidência;
- VI – cooperação do infrator;
- VII – impacto na continuidade do serviço público.

12.11 Forma de cobrança das multas

As multas poderão ser:

- I – Descontadas de pagamentos devidos;
- II – compensadas com créditos da contratada;
- III – cobradas administrativamente;
- IV – inscritas em dívida ativa e cobradas judicialmente.

12.12 Processo administrativo sancionador

12.12.1. A aplicação de penalidades observará processo administrativo formal.

12.12.2. A contratada será notificada para apresentar defesa prévia no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

12.12.3. Nos casos de sanções mais gravosas (impedimento ou inidoneidade), poderá ser concedido prazo ampliado, conforme a complexidade do caso.

12.12.4. O processo observará:

- notificação formal;
- análise técnica e jurídica;
- decisão motivada;
- possibilidade de recurso administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto:

- pelo término de sua vigência;
- por interesse público devidamente motivado;
- por inadimplemento contratual;
- nas demais hipóteses legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 O extrato deste contrato será publicado no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 As partes comprometem-se a cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).



BARROLÂNDIA

Administrando para todos!

ADM 2025-2028

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO CONTROLE E DA AUTORIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO

16.1 O abastecimento dos combustíveis objeto deste contrato será autorizado **exclusivamente para veículos e máquinas oficiais da frota municipal**, vinculados ao Município de Barrolândia – TO e aos Fundos Municipais participantes, mediante **requisição formal da Administração**.

16.2 O presente contrato **não exige a indicação prévia ou a vinculação nominal dos veículos**, sendo o controle do fornecimento realizado pela CONTRATANTE por meio de **procedimentos administrativos próprios**, para fins de fiscalização e acompanhamento da execução contratual.

16.3 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis somente após a devida autorização da CONTRATANTE, mantendo registros mínimos do abastecimento realizado, sempre que solicitado, nos termos deste contrato e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de **Miranorte/TO**, para dirimir eventuais controvérsias.

BARROLÂNDIA - TO, _____ de ____ de 2026.

CONTRATANTE

C O N T R A T A D A

TESTEMUNHAS:

ANEXO XIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 24.851.453/0001-90, com sede na Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Barrolândia/TO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, João Machado Alves, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada FORNECEDORA REGISTRADA, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal aplicável ao SRP e das cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E AGENTE REDUTOR ARLA, de forma contínua e parcelada, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde do Município de Barrolândia/TO, durante o exercício de 2026, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 Os preços registrados, por item, fornecedor e condições, são os constantes da proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 008/2026, parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição.

2.2 Os preços registrados não obrigam a Administração à contratação, sendo facultada a realização das aquisições conforme a conveniência e a necessidade do interesse público.

2.3 Os preços registrados nesta Ata consistem exclusivamente no percentual de desconto por item, incidente sobre o preço à vista praticado na bomba de combustíveis no momento do abastecimento, não havendo registro de preço unitário fixo nem valor global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantagem econômica.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

4.1 As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas, a critério da Administração, mediante:

- a) Nota de empenho;
- b) Autorização de fornecimento; ou

c) Contrato administrativo, quando a Administração entender necessário.

4.2 A celebração de contrato administrativo não é obrigatória, constituindo faculdade da Administração, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

5.1 O fornecimento dos combustíveis será realizado de forma parcelada e contínua, mediante requisição formal expedida pelo setor competente.

5.2 O abastecimento ocorrerá conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta registrada.

5.3 O fornecimento deverá atender integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente e pelos órgãos reguladores.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A indicação da dotação orçamentária ocorrerá no momento da formalização de cada contratação, mediante emissão da respectiva nota de empenho ou celebração de contrato, em observância ao art. 95, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1 Compete ao Órgão Gerenciador:

Gerenciar a presente Ata;

Acompanhar a execução das contratações dela decorrentes;

Emitir requisições, autorizações de fornecimento ou notas de empenho;

Fiscalizar o fornecimento;

Efetuar os pagamentos conforme as aquisições efetivamente realizadas;

Aplicar sanções, quando cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA REGISTRADA

8.1 São obrigações da Fornecedora:

Manter as condições de habilitação e qualificação;

Fornecer os produtos conforme as especificações registradas;

Atender às requisições da Administração;

Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos;

Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;

Submeter-se à fiscalização da Administração.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme cada fornecimento realizado, após:

Entrega do produto;

Atesto do fiscal competente;

Apresentação da nota fiscal válida.

9.2 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contado da liquidação da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1 Da inexistência de reajuste por índice

Não haverá reajuste de preços por índice inflacionário, considerando que o objeto da

contratação refere-se ao fornecimento de combustíveis automotivos, cujos preços são naturalmente variáveis e atualizados diariamente no mercado.

10.2 Do critério de formação do preço

O preço a ser pago pela Administração corresponderá ao preço à vista praticado na bomba do estabelecimento no momento do abastecimento, sobre o qual incidirá o percentual de desconto ofertado pela contratada na licitação.

10.3 Do controle de preços de mercado

Para fins de controle de economicidade e prevenção de sobrepreço:

O preço final faturado à Administração, após a aplicação do desconto contratado, não poderá ser superior ao preço médio de mercado divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a região, prevalecendo sempre o valor mais vantajoso para a Administração.

10.4 Do reequilíbrio econômico-financeiro

Poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato quando comprovada a ocorrência de fato superveniente que altere de forma extraordinária a equação econômico-financeira da contratação, nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

O pedido deverá ser formalmente instruído pela contratada, acompanhado de:

- memória de cálculo detalhada;
- comprovação documental da variação extraordinária de custos;
- demonstração do impacto direto na execução contratual.

10.5 Da natureza do risco de mercado

A simples variação ordinária de preços no mercado de combustíveis não caracteriza desequilíbrio econômico-financeiro, por constituir risco normal da atividade empresarial.

10.6 Da vedação à majoração artificial de preços

É vedada qualquer prática que implique majoração artificial do preço exposto na bomba imediatamente antes do abastecimento, com o objetivo de neutralizar ou reduzir o desconto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento das obrigações sujeitará a Fornecedora às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DA ATA

12.1 A Ata extinguir-se-á:

- Pelo decurso do prazo de vigência;
- Por interesse público devidamente motivado;
- Por descumprimento das obrigações assumidas;
- Nas demais hipóteses legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1 A presente Ata será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 As partes comprometem-se a observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.1 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Miranorte/TO, para dirimir eventuais controvérsias.

BARROLÂNDIA - TO, _____ de _ de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDORA REGISTRADA